

# PAIC Rondônia

Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização  
na Idade Certa





## Conselho Superior de Administração

Paulo Curi Neto  
José Euler Potyguara Pereira de Mello  
Edilson de Sousa Silva  
Valdivino Crispim de Souza  
Francisco Carvalho da Silva  
Wilber Carlos dos Santos Coimbra

## Conselheiros-Substitutos

Omar Pires Dias  
Francisco Júnior Ferreira da Silva  
Erivan Oliveira da Silva

## Procuradores do Ministério Público de Contas

Adilson Moreira de Medeiros  
Yvonete Fontinelle de Melo  
Érika Patrícia S. de Oliveira  
Ernesto Tavares Victoria  
Miguidônio Inácio Loiola Neto

## Elaboração de conteúdo

Felipe Mottin Pereira de Paula  
Igor Tadeu Ribeiro de Carvalho  
Vinícius S. de Moraes

## Revisão de conteúdo

Rita de Cássia Paulon

## Parceiros

Secretarias Municipais de Educação  
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME Rondônia





# A cooperação como caminho para a transformação

A Constituição Federal estabeleceu que o Tribunal de Contas deverá, no exercício do controle externo, não apenas contemplar os aspectos contábeis, financeiros, legais, patrimoniais e orçamentários, mas também o aspecto operacional quanto às dimensões de eficiência, eficácia, efetividade e equidade.

Para induzir melhorias operacionais na gestão e governança pública que promovam valor à Sociedade, o Tribunal de Contas deve construir capacidades para produzir orientações técnicas que provoquem mudanças relevantes (ISSAI 12 - Princípio 12).

O Tribunal de Contas precisa também promover a aprendizagem e o intercâmbio de conhecimento (ISSAI 12 - Princípio 7) para que os gestores adotem as melhores práticas de gestão de forma eficiente e eficaz (ISSAI 12 - Princípio 3).

A capacidade do Tribunal de Contas de promover melhorias que impactem nos resultados das políticas públicas está diretamente relacionada à capacidade de fiscalizar as operações do setor público e de induzir os responsáveis pela governança e gestão pública a cumprirem suas responsabilidades por meio de recomendações e medidas corretivas (ISSAI 12, p. 4), definidas com base em avaliações técnicas realizadas a partir de dados e “evidências suficientes e apropriadas” (ISSAI 100, p. 7).

O Tribunal de Contas, portanto, deve *“desempenhar o importante papel de aperfeiçoamento da administração pública, enfatizando os princípios da accountability, governança e desempenho”* (ISSAI 20), e *“ajudar a criar condições apropriadas para que os gestores públicos desempenhem suas atribuições de modo efetivo”* (ISSAI 100, p. 10). E, para contribuir com a boa governança, o Tribunal de Contas deve *“proporcionar conhecimento e recomendações bem fundamentadas para aprimoramentos”* (ISSAI 10, p.7).



# A cooperação como caminho para a transformação

Para exercer a função de análise operacional das políticas públicas, o Tribunal de Contas dispõe de inúmeros instrumentos fiscalizatórios e ferramentas e estruturas de apoio técnico e de gestão.

**Dentre esses mecanismos, o acompanhamento é uma das principais estratégias que podem ser adotadas para avaliação contínua e responsiva contra riscos, problemas ou inconformidades identificadas na gestão pública que podem comprometer os resultados das políticas públicas.**

O acompanhamento realiza-se de maneira concomitante à prática dos atos de gestão e, por isso, tem alta capacidade de

resolutividade sobre eventos que ocorram em desacordo com as normas ou as práticas de gestão recomendadas e, assim, consegue prevenir ou corrigir eventuais distorções que possam gerar dano ou comprometer a “entrega do produto final e o alcance dos objetivos” da gestão pública (TCU, Manual de Acompanhamento, p. 10).

O Tribunal de Contas, além do acompanhamento, com foco em aprimorar os processos de gestão e governança da Administração Pública, também pode realizar auditorias operacionais (ISSAI 3000), levantamentos contínuos de dados estratégicos de gestão e de resultado (Resolução-TCU n. 315), disponibilizar guias orientadores de boas práticas na gestão pública (a exemplo do Referencial Básico de Governança Pública, publicado pelo Tribunal de Contas da União), realizar Termos de Ajustamento de Gestão-TAG para pactuar obrigações com o gestor público e, ainda, por meio da Escola de Contas, com base em sua função de escola de governo, capacitar os agentes responsáveis pela gestão das políticas públicas.



# A cooperação como caminho para a transformação

Dentro desse contexto da administração dialógica, esse papel dos Tribunais de Contas de “*cooperar com os governos ou entidades públicas que se esforçam para melhorar o uso e a gestão dos recursos públicos*” (ISSAI 10), também encontra respaldo legal na Lei Federal n. 14.129/2021, que fortaleceu a administração pública cooperativa ao estabelecer, entre suas diretrizes, o incentivo a que os entes públicos instituem laboratórios de inovação para prospectar, desenvolver e disseminar, em regime de colaboração, inovação em serviços e políticas públicas.

O **Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa - PAIC** é certamente fruto dessas diretrizes, pois **propõe um ambiente de diálogo e cooperação interinstitucional** com foco nos problemas dos usuários de políticas e serviços públicos; incentiva a inovação e

experimentação responsável na gestão pública; e promove, com o apoio de especialistas, a disseminação de conhecimento científico e boas práticas para a formulação e implementação das políticas públicas baseadas em evidências.

A coordenação da iniciativa pelo Tribunal de Contas do Estado busca criar um ambiente propício para prospectar, experimentar e disseminar soluções construídas por gestores públicos e especialistas externos baseadas na compreensão de problemas específicos que comprometem os resultados da alfabetização das crianças nas séries iniciais.





# O que é o Programa?

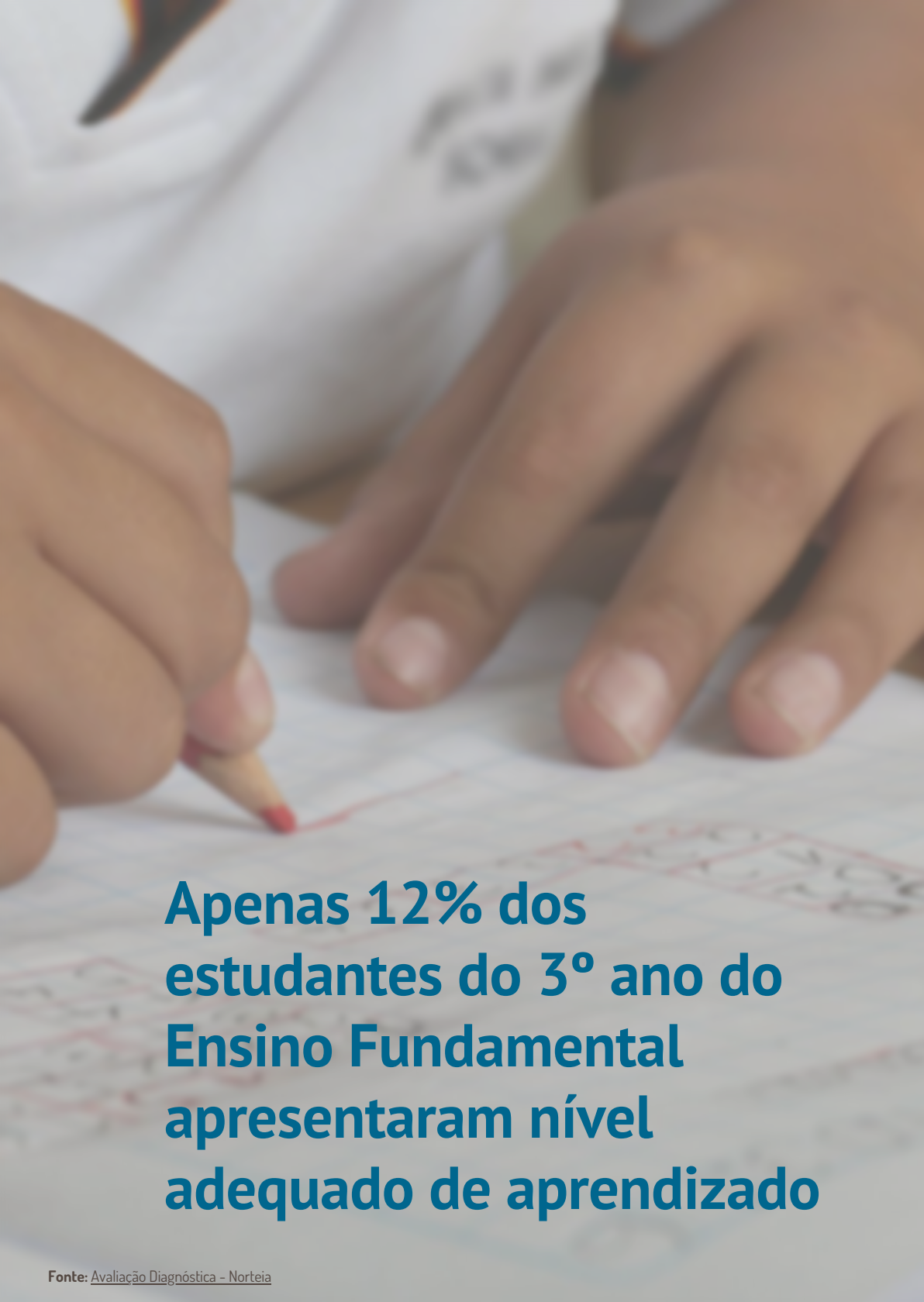
O **Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa - PAIC** é composto por um conjunto de **ações executadas em regime de parceria interinstitucional entre o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e as redes municipais de educação.**

As iniciativas são executadas, em regime de mútua cooperação, para disseminar e compartilhar conhecimento, ferramentas e práticas de gestão recomendados por especialistas e pela literatura acadêmica, com o objetivo de melhorar a qualidade da política de alfabetização nas redes municipais e, com isso, alavancar os resultados de aprendizagem dos estudantes.

O Programa é iniciado com ações voltadas ao aprimoramento do desenho da política de alfabetização, a partir de um amplo diagnóstico autoavaliativo de controles. Em seguida, são adotadas inúmeras estratégias para formação dos gestores, técnicos pedagógicos e professores das redes para implementação da políticas, passando assim para a implementação de práticas pedagógicas e de gestão necessárias para alavancar os resultados educacionais. Na sequência, realiza-se a avaliação de eficácia da política com base no avanço da aprendizagem dos estudantes e, por fim, revisam-se e aprimoram-se os processos críticos para, no ano seguinte, reiniciar o ciclo de implementação da política.

A responsabilidade pela implementação da política é das redes municipais. E, o Tribunal de Contas assume a função de indutor de boas práticas e de cooperação técnica, promovendo formação continuada com os profissionais das redes e oferecendo subsídios técnicos, a partir de dados e evidências científicas, que auxiliam na tomada de decisão da rede, bem como no aprimoramento da política e das práticas pedagógicas.

As **ações do Programa são destinadas aos professores**, que lecionam em turmas do ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental), **equipe gestora** das escolas municipais (diretores e supervisores), além dos **técnicos das equipes** centrais das Secretarias dos municípios parceiros (Secretários e sua equipe pedagógica).

A close-up photograph of a child's hands. The left hand holds a red pencil, drawing a red line on a white sheet of paper. The right hand is resting on the paper, with fingers slightly spread. The background is blurred, showing a white shirt with a dark collar. The text is overlaid on the bottom half of the image.

**Apenas 12% dos  
estudantes do 3º ano do  
Ensino Fundamental  
apresentaram nível  
adequado de aprendizado**





# Por quê a Alfabetização?

O Tribunal de Contas com o novo ciclo estratégico trouxe como premissa de sua atuação impactar a Sociedade, priorizando temas estruturantes., dentre as estratégias priorizadas pela organização, está a alfabetização na idade certa.

O baixo índice de alfabetização na idade certa gera inúmeros impactos negativos. Isso se deve ao fato de a alfabetização ser fase de desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais que sustentam a capacidade de aprendizado ao longo da vida.

Além do impacto imediato no desempenho e nos indicadores de abandono, evasão e distorção idade série, a alfabetização insuficiente cria um ciclo vicioso com efeitos de longo prazo. Estudos relacionam a alfabetização na idade certa à qualidade e à perspectiva de vida, empregos qualificados, melhor renda e redução da criminalidade.





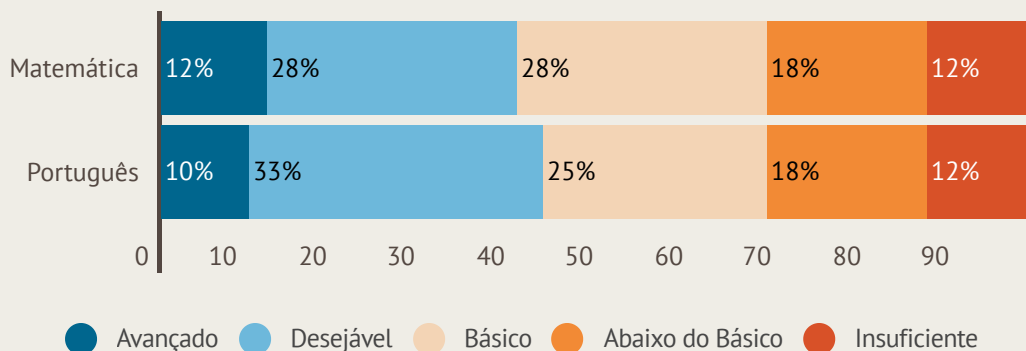


# Por quê a Alfabetização?

**Rondônia apresenta resultados de alfabetização abaixo da média nacional.** De acordo com os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), Rondônia conseguiu desenvolver a leitura e a matemática de forma adequada em apenas 40% das crianças até a terceira série do ensino fundamental.

Para reverter esse quadro, é fundamental que os profissionais da rede sejam constantemente formados para uma reestruturação da política de alfabetização, com foco em resultados de aprendizagem, de acordo com as novas diretrizes estratégicas e novos processos e ferramentas de trabalho.

Além do baixo desempenho revelado na ANA, a avaliação diagnóstica, que foi coordenada pelo TCE, destinada aos estudantes das redes municipais em outubro de 2021 mostrou um resultado ainda mais preocupante. Segundo os dados, **apenas 12% das crianças do 3º ano do ensino fundamental apresentaram perfil de saída adequado** para o ano subsequente e 26% dessas crianças não sabem ler e escrever.



 Download data

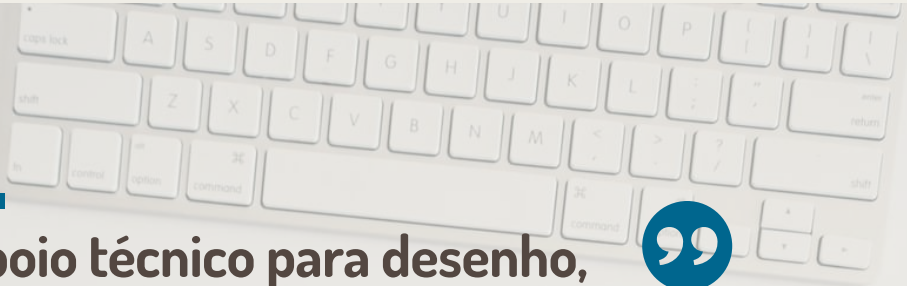


# Escopo do Programa

O desenho atual do Programa foi concebido considerando as evidências presentes em estudos e experiências em redes de sucesso. A partir dessa etapa de levantamento de boas práticas, foi possível identificar o que precisa ser implementado para assegurar melhores resultados de aprendizado.

Somado a isso, as vivências proporcionadas com a implementação dos projetos-pilotos nas redes do município de Porto Velho e dos 7 (sete) municípios que compõem o Bloco Regional de Ariquemes, na região do Vale do Jamari, aprimoramos o Programa, que será implementado em todo o território do Estado. O Programa oferece apoio técnico para desenho, implementação, avaliação e revisão da política de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental nas redes parceiras.

A iniciativa contém uma série de ações e ferramentas de suporte para o aperfeiçoamento da gestão em duas frentes: pedagógica e gestão da política. Na frente pedagógica, serão oferecidos formações, materiais pedagógicos e apoio aos processos críticos de ensino-aprendizagem (planejamento, observação de sala, avaliações e monitoramento). Na frente gestão da política, são oferecidas formações específicas às equipes gestoras, orientações e ferramentas para a implementação dos ciclos da política pública e do orçamento.



**Apoio técnico para desenho,  
implementação, avaliação e revisão  
da política de alfabetização.**





# Escopo do Programa

As ações indutoras do Programa de melhoria da gestão e da governança da política de alfabetização, são articuladas de maneira coordenada com as ações de fiscalização promovidas pela Secretaria Geral de Controle Externo do TCE/RO.

Os Relatores de cada município acompanham a evolução da política nas discussões trimestrais do Comitê Gestor e por meio das informações geradas pelos sistemas de monitoramento dos indicadores de gestão e de aprendizagem das redes.

A proposta é que as informações sejam consolidadas em relatórios anuais que subsidiarão a análise das contas. Na tabela abaixo, destacamos as principais ações/atividades promovidas pelo Programa:

Ação	Descrição	Frente
Formação Continuada de Professores	Formações bimestrais presenciais de 4 horas, destinadas aos professores, que atuam no ciclo de alfabetização, no grupo de tratamento. As formações são elaboradas e conduzidas por doutoras em educação e especialistas em alfabetização.	Pedagógica
Escola de Formação de Formadores	Escola de Formação de Formadores em alfabetização para as redes municipais de educação, em formato EaD, com encontros quinzenais de 2 horas.	Pedagógica
Cadernos Pedagógicos	Materiais didáticos específicos para o ciclo de alfabetização. Para os alunos são ofertados: o caderno de atividades do aluno e caderno de atividades do aluno - para casa. Para os professores são ofertados: o caderno de orientações didáticas e o caderno de leitura em voz alta.	Pedagógica
Avaliações e Devolutivas Pedagógicas	A partir dos resultados das avaliações somativas, aplicadas uma vez ao ano, o Programa oferece painéis com a consolidação de resultados, bem como formações e devolutivas pedagógicas a fim de	Pedagógica



# Estrutura do Programa

O Programa é estruturado em três macroetapas: desenho da política, implementação, e acompanhamento.

## Desenho da Política

A primeira tem como foco a **estruturação e aprimoramento do desenho da política de alfabetização**, considerando oito componentes:

Componente	Descrição
Diagnóstico	Realizar um diagnóstico das aprendizagens dos estudantes das séries iniciais e um amplo levantamento de dados gerenciais, com o objetivo de conhecer os desafios da rede e elaborar um plano de ação e metas de resultado.
Concepção de Alfabetização	Construção de uma concepção comum de alfabetização desde a equipe central até o professor alfabetizador para determinar os requisitos que configuram um aluno plenamente alfabetizado e o perfil de saída desejado para os 1º, 2º e 3º anos.
Currículo	Analisar as diretrizes curriculares para assegurar a alfabetização de acordo com a Base Nacional Comum Curricular e Referencial Curricular do Estado de Rondônia.
Práticas Pedagógicas e de Gestão	Propor e elaborar materiais que versem sobre possibilidades metodológicas e práticas direcionadas aos profissionais envolvidos no ciclo da alfabetização (professores, supervisores escolares, coordenadores pedagógicos e gestores escolares) e que propiciem resultados observáveis de aprendizagem.

Apoiar as redes a identificar os recursos humanos, materiais

 Download data



# Estrutura do Programa

O desenho da política de alfabetização percorre um longo caminho composto por oito passos fundamentais.

## COMPONENTES ESTRUTURANTES DE UMA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

Para a institucionalização da política é necessário:

- Vontade política do gestor público
- Compromisso ético com a causa proposta / Investimento orçamentário para proporcionar as Condições técnicas necessárias
- Articulação e integração intersetorial

### PASSO 1. DIAGNÓSTICO DA REDE

Conhecer profundamente os dados da situação de alfabetização dos alunos das séries iniciais. Elaborar o plano de ações e metas e prospectar os avanços necessários para o plano plurianual com base em evidências



### PASSO 2. CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO

Construir uma visão comum de alfabetização com todos os profissionais da rede de ensino da equipe central até o professor – o que configura aluno alfabetizado – clareza sobre o perfil de saída dos alunos de 1º, 2º e 3ºs anos.



### PASSO 3. CURRÍCULO

Definir diretrizes curriculares alinhadas com a bncc que assegurem o compromisso da política com o direito dos alunos em serem alfabetizados na idade certa e desenvolverem as habilidades e competências que promovam o desenvolvimento integral desta criança. (social, cognitivo, emocional)





# Estrutura do Programa

## PASSO 4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DE GESTÃO

Propor metodologias e práticas pedagógicas e de gestão que propiciem a alfabetização na idade certa



## PASSO 5. ESTRUTURA

Garantir a infraestrutura e condições de funcionamento indispensáveis à implantação e operação da política de alfabetização – recursos humanos, materiais, políticas de incentivo, contratações e lotação de profissionais seguindo o perfil adequado, sistema de monitoramento de dados



## PASSO 6. FORMAÇÃO

Garantir a formação continuada dos profissionais para a implantação da política de alfabetização



## PASSO 7. GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Implantar um sistema de monitoramento e avaliação da política de alfabetização



## PASSO 8. SISTEMATIZAÇÃO

Disponibilizar as informações dos resultados da política por meio de publicações, permitindo e incentivando a documentação, realização de pesquisas e divulgação das informações.





# Estrutura do Programa

A estruturação da política é realizada por meio de reuniões técnicas, oferecidas pelas consultoras às equipes gestoras da cada município, para a compreensão de cada componente proposto, bem como assimilação das atribuições e responsabilidades de cada ator na gestão da política de alfabetização.

O programa oferece, ainda, uma devolutiva com o diagnóstico sobre o nível de implementação da política por meio de questionário de autoavaliação. A partir desse diagnóstico, a equipe gestora elabora um plano de ação, que é acompanhado por meio de reuniões semanais ou quinzenais com a equipe de consultoras. Metas e indicadores são pactuadas e formalizadas nas políticas da rede.

## Implementação da Política

Na **segunda etapa do Programa, o foco é a implementação dos processos pedagógicos e de gestão**, de acordo com o desenho da política elaborada e formalizada por cada rede.

Nessa etapa estão previstos os seguintes processos:

Processo	Resultado Esperado
Definição da Matriz de Habilidades dos Estudantes	A Secretaria de Educação define as habilidades prioritárias para o acompanhamento no processo de alfabetização com base na última avaliação diagnóstica.
Formação de equipe de formadores	Equipe de formadores participam bimestralmente dos encontros de formação.
Formação continuada em serviço	Professores lotados em turmas de alfabetização, supervisores e gestores escolares participam bimestralmente dos encontros de formação continuada.
Visita mensal às escolas	Equipe central e formador da SEMED acompanham as escolas in loco (mensalmente) para identificar dificuldades na implementação das práticas pedagógicas pelos professores orientadas nas





# Estrutura do Programa

## Acompanhamento

A terceira etapa é o **Ciclo de Acompanhamento e Monitoramento da implementação** da Política de Alfabetização, que se realiza por meio da execução sistemática das seguintes ações:

Processo	Resultado Esperado
Análise de indicadores	Análise mensal dos indicadores de alfabetização e de gestão sistematizados pela FLEO&CALL.
Monitoramento das escolas	Monitoramento das escolas para verificação dos processos de implementação da FLEO&CALL, observação de sala de aula e das reuniões de HTPC.
Acompanhamento das ações	Acompanhamento da implementação das ações previstas nos Planos de Ação.
Acompanhamento da participação nas formações	Monitoramento da frequência dos profissionais das redes nas formações.
Acompanhamento de aprendizagem	Análise dos dados das avaliações anuais promovidas pelo TCE, em parceria com as Secretarias Municipais e orientações às equipes escolares.
Pautas formativas	Elaboração de novas pautas formativas para as ações de formação continuada que abrem novo ciclo mensal/bimestral de implementação da política.
Acompanhamento de Comitê Gestor	Realização das reuniões de comitê gestor



# Estrutura do Programa

## Acompanhamento

O acompanhamento, que é realizado pela governança do Programa, fornece dados e informações periódicas sobre a gestão da política e revela aspectos que precisam ser aprimorados na implementação dos processos de gestão e pedagógicos. O **objetivo do acompanhamento é orientar as redes** afim de reduzir os riscos de não alcance dos resultados de aprendizado previstos pelo programa.

Um dos principais produtos do acompanhamento e monitoramento é a geração de informações críticas consolidadas no seguinte quadro de indicadores:

ID	Nome
1	Permanência do professor na escola
2	Permanência do aluno na escola
3	Nível de Maturidade da Política
4	Execução do Plano de Ação
5	Reunião do Comitê Gestor
6	Quantidade de Observações de sala de aula
7	Qualidade da Observação de sala de aula
8	Quantidade de HTPCs realizadas
9	Qualidade das HTPCs realizadas
10	Frequência dos professores nas HTPCs
11	Frequência de professores nas formações
12	Frequência de Supervisores nas formações
13	Frequência de Diretores e Vice-Diretores nas formações
14	Frequência de alunos



# Resultados Esperados

Ao final da execução do primeiro ciclo do programa em 2024, estão previstos os seguintes resultados:

- 1** Política de Alfabetização consolidada nas redes de ensino em plena implementação com acompanhamento e monitoramento sistemático com foco na gestão orientada a resultados;
- 2** Lideranças em alfabetização formadas e preparadas, capazes de realizar formações continuadas com os professores do ciclo de alfabetização em suas redes de ensino;
- 3** Sistemática de acompanhamento incorporada pelas equipes municipais (coordenação e técnicos) e equipes escolares (gestores e supervisores) de modo a implementarem com maior autonomia o acompanhamento, monitoramento e fluxo contínuo das ações necessárias para o alcance das metas e resultados pactuados.
- 4** Disseminação da cultura de avaliações com propósito formativo, que possam subsidiar as práticas da rede, orientando as estratégias pedagógicas que serão adotadas pelos educadores, a fim de garantir a aprendizagem dos estudantes, em especial, os que apresentam menores índices de aprendizado.
- 5** Melhora nos resultados de aprendizado nos anos iniciais do ensino fundamental.

## Importante!

Os resultados previstos, em especial, de melhora dos indicadores de aprendizado, apenas serão alcançados, se as redes de ensino implementem as ações, estratégias e recomendações, nos âmbitos gerenciais, pedagógicos e formativos, sistematicamente discutidas e compartilhadas pela equipe de cooperação técnica. Nenhuma mudança é possível sem vontade política e engajamento técnico dos gestores e servidores das redes municipais.



# Metas

Impacto

Processo



**85% dos estudantes alfabetizados no 1º ano**



**100% dos estudantes alfabetizados no 2º ano**



**100% dos estudantes alfabetizados no 3º ano**



# Não Escopo do Programa

A declaração de não escopo é parte fundamental da descrição desse programa, acima de tudo, para dar segurança e transparência sobre os papéis e responsabilidades das partes que integram essa iniciativa, mas em especial, para ressaltar que:

## Não Escopo

O Tribunal de Contas de Rondônia não obriga os gestores a participarem do programa. A adesão e permanência são voluntárias.

O Tribunal de Contas de Rondônia não faz determinações sobre assuntos discricionários. Decisões que exigem análise de conveniência e oportunidade são exclusivas dos gestores.

O Tribunal de Contas de Rondônia não formula ou promove a consecução da política pública, tampouco edita ou aprova normas que regulamentam a política.

O Tribunal de Contas de Rondônia não toma decisões pelas redes, não gerencia os recursos e processos e não implementa controles. A atuação do TCERO é focada na formação dos profissionais e no monitoramento da execução das boas práticas que são recomendadas nas formações e definidas nos planos de ação elaborados pelos gestores.

O Tribunal de Contas não realizará transferência de recursos financeiros, mas disponibilizará, sem ônus para os municípios partícipes, especialistas em gestão de redes educacionais e em práticas de alfabetização.

Os Especialistas possuem autonomia técnico-científica para recomendar e apoiar a implementação de práticas gerenciais e pedagógicas indicadas pela literatura acadêmica ou por especialistas que poderão melhorar o aprendizado dos alunos em alfabetização. Suas opiniões não refletem, necessariamente, a posição de membros e auditores do Tribunal que exercerão atividades de fiscalização e controle.



# Planejamento da Expansão

O início das ações ocorreu no final do primeiro semestre de 2021 em parceria com a rede municipal de Porto Velho, estendendo-se no mesmo ano ao Bloco I, composto por 7 municípios da região do Vale do Jamari (Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaulândia, Cujubim, Itapuã do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo). Nesses municípios, a política de alfabetização está em ritmo acelerado de implantação.

Os profissionais estão sendo capacitados pelos especialistas e acompanhados por meio do sistema de monitoramento - FLEO&CALL[1] que tem mostrado evolução significativa de resultados de aprendizado dos estudantes[2].

De acordo com a política nacional, é esperado que os alunos estejam plenamente alfabetizados aos oito anos de idade. A mais ampla avaliação diagnóstica em Rondônia, que ocorreu em outubro de 2021, constatou que, no território do Estado, menos da metade dos alunos matriculados no 3º ano do ensino fundamental, nas escolas municipais, não foi plenamente alfabetizada na idade certa.

O desafio, portanto, é enorme. Muitas dessas crianças terminaram o ciclo de alfabetização em condição pré-silábica (primeiro dos quatro níveis de escrita), sem conseguir reconhecer adequadamente as letras do alfabeto como representação da fala. Esses alunos estão mais sujeitos aos riscos de reprovação, abandono ou evasão escolar e enfrentarão maiores dificuldades para desenvolver as habilidades previstas nas etapas seguintes da educação básica, de acordo com as premissas da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

[1] FLEO - Ficha de leitura escrita e oralidade  
CALL - Cartaz de acompanhamento e livros lidos

[2] Acesso em:

<https://app.powerbi.com/view?>

[r=eylrIjoiNTlkNDQwNjgtY2Q2Yy00YjQ3LTk2ODctMjNjZmVmZThmMDZklwidCl6IjVknjA4OTQzLTZmNzktNDgyNi1hMWI0LTM0MzBjYTZjMzE5MCI9&pageName=ReportSection](https://app.powerbi.com/view?r=eylrIjoiNTlkNDQwNjgtY2Q2Yy00YjQ3LTk2ODctMjNjZmVmZThmMDZklwidCl6IjVknjA4OTQzLTZmNzktNDgyNi1hMWI0LTM0MzBjYTZjMzE5MCI9&pageName=ReportSection)







# Planejamento da Expansão

Em 2022, a fase de expansão foi iniciada em julho, com a reunião de instauração do Programa, nos Blocos II (Pimenta Bueno) e Bloco III (Ji-paraná), e, em setembro, foi dada a largada com a reunião de abertura do projeto com todos os outros municípios, com a previsão de iniciar as ações preliminares nos blocos IV e V ainda este ano, e no início de 2023 com os blocos VI e VII.

As reuniões bilaterais entre consultoria e equipes gestores da políticas nas redes acontecem semanalmente, via plataforma *Teams*. E, a cada dois meses, as reuniões acontecem presencialmente nas sedes dos Blocos, assim como as formações dos profissionais das redes (professores, coordenadores pedagógicos e diretores escolares). Em cada Bloco é eleito o município-sede, responsável por receber as redes parceiras integrantes do mesmo Bloco, organizando a logística e custeando as despesas das operações.

Abaixo seguem alguns números importantes das microrregiões:

Bloco	Quantidade de Municípios	Escolas	Turmas (1º a 3º ano)	Alunos (1º a 3º ano)	Alunos Alfabetizados	Ano de Entrada no Programa
Porto Velho	1	111	804	16.407	42%	2021
Bloco I - Ariquemes	7	59	281	6.238	51%	2021
Bloco II - Pimenta Bueno	11	73	371	8.193	55%	2022
Bloco III - Ji-Paraná	12	63	337	6.901	49%	2022
Bloco IV - Vilhena	7	44	292	6.441	46%	2022
Bloco V - São Miguel do Guaporé	7	41	203	3.914	55%	2022
Bloco VI - Guajará Mirim	2	45	122	2.611	44%	2023



# Avaliação de Impacto

A participação dos municípios estará condicionada à realização de uma avaliação de impacto que será concluída no ano de 2024, após aproximadamente 24 meses de implementação das ações, com o objetivo de gerar evidências (causais) dos efeitos do Programa sobre o aprendizado dos alunos.

O estudo controlado randomizado, inédito no âmbito do sistema de controle, tem como foco verificar a eficácia da atuação institucional a partir de avaliações anuais de aprendizagem dos estudantes beneficiados pelo Programa. É fundamental atestar se os métodos, práticas e conhecimentos disseminados no âmbito do Programa junto às redes parceiras promoverão, de fato, o aumento do percentual de crianças que conseguem ler e escrever na idade preconizada.

O objetivo geral do projeto é implementar um estudo aleatorizado controlado para avaliação de impacto do Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa nos municípios que participam dos Blocos II e III. O estudo deverá ser concluído até o segundo semestre de 2025.

A avaliação de impacto deverá testar a causalidade entre a formação continuada dos professores e o fluxo de acompanhamento gerencial e pedagógico em relação aos níveis de proficiência dos alunos dos 2º e 3º anos em Língua Portuguesa com base nas habilidades da Base Nacional Comum Curricular.



## TEST 1

1	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	11	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	21	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	31	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
2	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	12	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	22	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	32	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
3	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	13	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	23	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	33	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
4	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	14	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	24	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	34	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
5	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	15	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	25	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	35	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
6	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	16	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	26	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	36	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
7	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	17	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	27	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	37	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
8	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	18	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	28	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	38	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
9	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	19	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	29	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	39	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ
10	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	20	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	30	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ	40	Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ



# Resumo

## Etapas do Programa



**Aprimoramento do desenho da política de alfabetização**



**Desenvolvimento e implementação de práticas pedagógicas e de gestão.**



**Avaliação de eficácia da política com base no avanço da aprendizagem dos estudantes**



**Revisar e aprimorar, de forma contínua, os processos críticos**



**Reiniciar o ciclo de Implementação da política no ano seguinte.**



# Resumo

## Passos de Implementação

### Passo 1

**Diagnóstico da Rede:**

Disponibilização de painéis gerenciais para acompanhamento das redes.

### Passo 2

**Formação de Alinhamento:** Trilha

formativa com propósito de apresentar os propósitos, conceitos e governança da política.

### Passo 7

**Avaliações Diagnósticas:**

Identificação do nível de aprendizado dos estudantes afim de corroborar com o planejamento pedagógico das redes.

### Passo 6

**Monitoramento das aprendizagens:**

Os resultados mensais das avaliações formativas, proporcionam a elaboração de devolutivas pedagógicas, bem como a revisão das ações.

### Passo 3

**Autoavaliação:** Verificação do nível de aderência das redes às boas práticas da política de alfabetização.

### Passo 4

**Elaboração dos Planos de Ação:** A partir dos Guias de Boas Práticas, são elaborados planos de ação para cada rede afim de aprimorar o ciclo da política, de acordo com as melhores práticas.

### Passo 5

**Formações Continuadas:** Rotina bimestral de formações destinadas aos educadores que atuam no ciclo de alfabetização.



# Logical Framework

## Relação de causalidade

A preocupação institucional em atuar de forma cooperada para induzir resultados nas políticas públicas, exige compreender o arranjo estrutural necessário para que os resultados desejados sejam alcançados e, a partir disso, refletir quais são os fatores mais críticos dentro dessa estrutura que precisam funcionar.

Uma das maneiras mais utilizadas para desenhar a estrutura da política com foco em resultados é o Logical Framework. Assim como a Teoria da Mudança, essa metodologia permite compreender como, a partir da correlação entre atividades e produtos, os resultados e impactos serão alcançados. Ainda que não haja consenso sobre a real diferença entre as ferramentas, o LogFrame traz, de forma mais estruturada, o caminho que precisa ser perseguido pelos gestores para alcance dos resultados pretendidos pela política.

Para conhecer com mais detalhes o Logical Framework do PAIC, [acesse o link aqui.](#)

**A nossa missão é ajudar a melhorar o  
desempenho da política de alfabetização.**

